Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Arrecadação soma R$ 1,2 tri . . . 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Governo tenta evitar corte maior de gastos após derrota no IOF . . . 4

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
MPF investiga Irecê por repasses à Previdência . . . 5

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
INSS prepara concurso com 8,5 mil vagas para 2026 . . . 6

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Consumo em supermercados aumenta 2,04% em maio . . . 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Prioridade para contratar a turma do Renova - DO ALTO DA TORRE . . . 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Incoerência para a economia do Estado . . . 10

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
A reforma tributária se esqueceu do terceiro setor . . . 11

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Brasil pode economizar R$ 24,8 bi por ano em custos de saúde se reduzir em 1% a taxa de tabagismo
. . . 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Diagnóstico e reformado Direito Penal Tributário (Artigo) . . . 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
CÂMARA APROVA PROJETO QUE ALTERA A TABELA DO IR . . . 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Sem solução à vista . . . 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Crise adia apresentação do PL que amplia isenção do IR . . . 21

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Impacto das tarifas atinge de latas de cerveja a geladeiras . . . 22

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Derrubada do IOF - XEQUE-MATE DA ECONOMIA 23

O GLOBO - RJ - CAPA
ECONOMIA
PIB cai, e balança comercial tem déficit no início da gestão Trump 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Derrota no IOF eleva pressão por mudança da meta fiscal em2026 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
BC vai escolher entre trajetórias da Selic que põem inflação na meta 28

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA
PIB do RS cresce 1,3% no 1° trimestre deste ano 30

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
ECONOMIA
INADIMPLÊNCIA DISPARA 31

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Economista alerta sobre percepção de risco fiscal 32

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Preço de alimentos cai e desacelera prévia da inflação 33

Arrecadação soma R$ 1,2 tri

» RAFAELA GONÇALVES

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições federais somou R$ 1,138 trilhão nos meses de janeiro a maio de 2025. De acordo com os dados, divulgados ontem pela **Receita Federal**, esse é o melhor desempenho arrecadatório para o período desde o início da série histórica, em 1995.

O montante representa um aumento real -descontada a **inflação** - de 3,95% na comparação com o mesmo período acumulado de 2024. Esses são os primeiros dados de arrecadação divulgados neste ano, devido à greve de servidores enfrentada pela Receita. A mobilização foi suspensa após determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apenas no mês de maio, a arrecadação foi de R$ 230,152 bilhões em maio, uma alta real de 7,66% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O resultado também representa o melhor desempenho arrecadatório para o mês de maio da série histórica. Desse valor, foram R$ 223,8 bilhões administrados pela Receita e R$ 6,4 bilhões administrados por outros órgãos.

No pacote administrado pela Receita são incluídos **tributos** como imposto de renda de pessoas físicas e empresas, receita previden-ciária, imposto sobre importação, sobre produtos industriais (IPI), imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. As receitas administradas por outros órgãos incluem rubricas como royalties e depósitos judiciais.

O desempenho positivo foi influenciado pela atividade macroeconômica, além da maior arrecadação do Imposto de Renda sobre ganhos de capital, que foi influenciado pelo aumento da taxa básica de juros (Selic) nos últimos meses, e pelo desempenho dos **tributos** do comércio exterior.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Ma-laquias, houve também um incremento na arrecadação com a tributação dos jogos de azar e apostas. A regulamentação da atividade

das casas de apostas virtuais, as chamadas bets, passou a valer em 2025. "A partir de fevereiro, já tivemos a arrecadação da nova sistemática de tributação das empresas que reúnem as apostas de cotas fixas" comentou.

IOF

Apesar do bom desempenho, o resultado se dá no momento em que o governo federal tem intensificado os esforços para aumentar a arrecadação, com o objetivo de cumprir a meta fiscal estabelecida para 2025. Segundo os auditores fiscais da Receita, ainda não é possível mensurar exatamente quanto o governo deixará de arrecadar após a derrubada do decreto que aumentava a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

De acordo com Malaquias, as áreas jurídicas da Receita e do Ministério da Fazenda ainda precisam fazer uma análise do decreto para avaliar quais os efeitos da decisão. Ele reforçou que as estimativas de arrecadação do ano devem diminuir. "Assim que sair o decreto legislativo, vamos fazer a aferição precisa da arrecadação entre o período que o decreto vigorou e o que vai deixar de vigorar. Só aí teremos os efeitos precisos do impacto da decisão" afirmou.

O Executivo precisa buscar alternativas para compensar a perda de R$ 10 bilhões na arrecadação prevista para este ano. "O governo ainda enfrenta dificuldades para aprovar medidas de aumento de receita e sem cortes de gastos, o equilíbrio das contas fica ameaçado" destacou Gustavo Trotta, especialista da Valor Investimentos.

Com a economia mais aquecida e o risco fiscal em aberto, a tendência é de que o Banco Central adote uma postura mais contracionis-ta, como já vem fazendo. "Essa arrecadação recorde é um sinal positivo sobre a economia aquecida, mas não resolve sozinho os desafios fiscais. Sem responsabilidade nos gastos, o risco de funcionário aumenta, e isso afeta diretamente juros, mercado de investimentos e por aí vai" avaliou Trotta.

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7505/27-06-2025.html

Governo tenta evitar corte maior de gastos após derrota no IOF

I DANIEL WETERMAN, ALVARO GRIBEL e MARIANA CARNEIRO/BRASÍLIA

O governo estuda saídas para evitar um congelamento maior de gastos após sofrer derrota no Congresso com a derrubada do decreto que aumentava o IOF. Integrantes do governo e analistas ouvidos pelo Estadão dizem que algumas medidas podem amenizar ou até mesmo neutralizar os efeitos da derrubada do decreto em 2025, mas a alta de gastos sem receitas suficientes vai pressionar mais o Executivo no fim deste ano e em 2026, ano de eleições.

A equipe econômica esperava arrecadar R$ 12 bilhões com o IOF em 2025. Até o momento, o governo congelou R$ 31,3 bilhões em gastos para cumprir a meta de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar os juros) e o arcabouço fiscal (que impõe um teto de gastos). A meta é zerar o déficit em 2025, com tolerância de um déficit de R$ 31 bilhões.

"Vamos buscar uma solução para evitar um cenário mais drástico na execução orçamentária", disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Segundo ele, o governo terá entre duas e três semanas para encontrar uma solução até a divulgação do próximo relatório bimestral de receitas e despesas, em 22 de julho.

Uma das saídas apontadas por especialistas está no petróleo.

O Ministério de Minas e Energia estima que o setor pode aumentar a arrecadação em R$ 15 bilhões este ano com a venda de petróleo do pré-sal em áreas que são contíguas às do regime de partilha na Bacia de Santos.

Outros R$ 3 bilhões adicionais em renda do petróleo devem entrar no caixa do governo com o leilão realizado ontem do óleo da União sob responsabilidade da Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Mas Ceron disse que a incorporação dessas receitas do petróleo ainda é vista com ressalvas pela equipe econômica.

META DE 2026. Especialistas apontam que o risco maior está na meta de 2026, que é gerar um superávit de R$ 34,3 bilhões, admitindo um déficit zero como tolerância. "A alteração da meta fiscal de 2026 em agosto, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, torna-se ainda mais provável", afirmou o economistachefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

"As consequências são maiores para a elaboração do Orçamento de 2026, a ser entregue em agosto, que precisa da receita do decreto derrubado e da Medida Provisória 1.303/25, também sob forte ameaça de ter destino semelhante à mudança do IOF", diz o economista Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, ao falar de medida que aumenta a tributação sobre aplicações financeiras e bets.

Juntando todos os gastos que impactam o endividamento público, o governo projeta que terá um déficit de R$ 97 bilhões em 2025. O resultado, porém, poderá ser ainda pior, na avaliação do economista Camillo Bassi, do Ipea.

O governo contratou até o fim do ano R$ 147,8 bilhões em despesas primárias, incluindo **Previdência Social** e Bolsa Família, com o dinheiro de receitas financeiras, incluindo o endividamento, e não com **impostos** e contribuições tradicionais.

Quando isso acontece, o resultado do final do ano é impactado, porque há um desequilíbrio.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

MPF investiga Irecê por repasses à Previdência

FLÁVIA REQUIÃO

O Ministério Público Federal (MPF) abriu uma investigação para apurar possíveis irregularidades nos repasses de contribuições previdenciárias pela Prefeitura de Irecê, cidade localizada no centro-norte da Bahia, a cerca de 477,9 km de Salvador.

Conforme o documento, trata-se especificamente de supostas falhas no repasse de "valores que deveriam ser destinados à **previdência social** dos servidores municipais".

O processo foi elevado de um Procedimento Preparatório - fase inicial e preliminar da apuração - para um Inquérito Civil, instrumento investigatório instaurado para descobrir se um direito coletivo foi violado.

Com a conversão do procedimento preparatório em inquérito civil, o MPF poderá requisitar documentos, ouvir testemunhas e realizar diligências para esclarecer os fatos.

Próximos passos

Depois de instaurado o inquérito, o processo será enviado ao procurador para que ele analise dois documentos específicos e com base nisso, decida o que será feito a seguir.

A investigação pode resultar no ajuizamento de uma ação civil pública, caso sejam confirmadas irregularidades que configurem dano ao erário ou violação de princípios da administração pública.

Site: https://atarde.com.br/?d=1

INSS prepara concurso com 8,5 mil vagas para 2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) solicitou ao governo federal a autorização para realizar um novo concurso público com preenchimento de 8,5 mil vagas, segundo informaram fontes próximas à autarquia. Desse total, 7 mil são para o cargo de técnico do seguro social, que exige nível médio, e 1,5 mil para analista do seguro social, de nível superior. Inicialmente, o pedido enviado pelo **INSS** previa sete mil vagas. Agora, o número de oportunidades foi ampliado.

Além do pedido para 2026, o **INSS** também participará da segunda edição do Concurso Nacional Unificado (CNU 2), com 300 vagas já confirmadas para o cargo de analista do seguro social. A seleção unificada ainda não teve data de aplicação divulgada.

Em paralelo, o Ministério da **Previdência Social** (MPS) publicou na última segunda-feira o resultado final do concurso para perito médico. Foram classificados 768 candidatos, sendo que 250já devem assumir postos em todas as regiões do país até 15 de agosto, após passarem por treinamento. Outros 250 nomes devem ser convocados embreve,totalizan-do 500 novas contratações.

Site: https://atarde.com.br/?d=1

Consumo em supermercados aumenta 2,04% em maio

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) divulgou ontem que o consumo nos lares brasileiros registrou alta de 2,04% em maio, em comparação com abril. Houve crescimento de 3,98% em relação a maio de 2024 e elevação acumulada de 2,61% em 2025.

A expansão do consumo doméstico resultou da combinação entre o Dia das Mães e medidas que aumentaram a renda disponível das famílias.

O levantamento considera todos os formatos de supermercados, com ajustes pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo nstituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O reajuste dos funcionários públicos federais movimentou R$ 17,9 bilhões, enquanto o pagamento da 1â parcela do 13° salário para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**)) injetou aproximadamente R$ 73,3 bilhões na economia.

Outros fatores que contribuíram para o aumento incluem a continuidade do saque do Programa de Integração Social (PIS), com projeção de R$ 30,7 bilhões ao longo de 2025, e o repasse de R$ 13,64 bilhões em transferências do Bolsa Família.

Site: https://atarde.com.br/?d=1

Prioridade para contratar a turma do Renova - DO ALTO DA TORRE

Lucas Valença

A Câmara Legislativa aprovou projeto do distrital Robério Negreiros (foto), do PSD, que determina a contratação de mão de obra oriunda do Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho (RenovaDF) em obras do GDF. A medida vai valer para contratos administrativos de execução de obras para os quais seja necessária a ampliação da mão de obra da empresa contratada. A norma determina que pelo menos 5% dos colaboradores requeridos para a execução dos contratos deverão ser provenientes do programa. Comprovado o desinteresse dos candidatos do Renova-DF, fica dispensada a obrigatoriedade. A captação deverá ser efetuada por meio de solicitação da empresa contratada às Agências do Trabalhador e Empregador devidamente certificadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda. O Renova consiste em um programa de qualificação profissional da Secretaria de Trabalho em parceria com a Secretaria de Governo.

Nesse âmbito, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai-DF) oferece cursos de iniciação profissional.

Damares, enfim, em Marajó

Quem se lembra daquela história contada pela atual senadora brasiliense Damares Alves (foto) sobre exploração sexual de crianças da ilha de Marajó, que teriam seus dentinhos arrancados? Pois agora ela está verificando in loco se isso existe ou foi só uma fantasia eleitoral.

Conseguiu que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, que ela preside, iniciasse nesta quinta-feira a diligência oficial a que ela pomposamente batizou de Missão Marajó, "ação fiscalizatória e propositiva com foco na proteção de crianças e adolescentes do arquipélago paraense". A missão, que ocorre até sábado, é resultado de requerimento feito por ela mesma, e tem como objetivo "apurar graves denúncias de abuso e exploração sexual na região". A comitiva é composta por Damares Alves e pelos deputados federais Carlos Jordy (PL-RJ), Delegado Caveira (PL-PA), Delegado Éder Mauro (PL-PA) e pelo deputado estadual Rogério Barra (PL-PA), parlamentares com atuação direta no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes em todo o país.

Como valorizar os professores

A Associação De Olho no Material Escolar defende que a valorização do magistério seja um dos pilares centrais do novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2025-2035. A entidade alega a necessidade de humanizar e estruturar a formação e atuação dos professores da educação básica, desde os aspirantes à docência até os profissionais já em exercício. Essa preocupação ganhou ainda mais relevância nesta semana, quando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o novo PNE promoveu uma audiência pública sobre a qualidade da pós-graduação e o impacto da ciência na elaboração do plano. O modelo sugerido pela associação se baseia em um tripé: apoio, formação e valorização. O primeiro eixo prevê bolsas e estágios qualificados para estudantes de licenciatura. O segundo propõe a melhoria da formação inicial, com a criação de uma certificação nacional para docentes, inspirada, por exemplo, no modelo da OAB. E o terceiro eixo defende a implementação de políticas de bonificação por desempenho, promovendo reconhecimento financeiro e incentivo à melhoria contínua. Para a presidente da associação, Leticia Jacintho, o impacto da ciência na educação é, justamente, a missão que orienta o trabalho da De Olho. "Nosso compromisso é com a melhoria da qualidade da educação, oferecendo aos estudantes uma aprendizagem eficaz, pautada em desempenho, vivência prática e evidências científicas.

É isso que garante o pleno desenvolvimento do potencial de cada aluno e amplia as oportunidades de escolha e prosperidade das futuras gerações", afirma.

Contra a supremacia racial

A Câmara Legislativa acaba de aprovar projeto do deputado Rogério Morro da Cruz (foto) que procura banir do Distrito Federal qualquer tipo de defesa de supremacia racial. De acordo com o texto votado, fica proibido fabricar, importar, distribuir, comercializar e veicular símbolos, conteúdos e propagandas que propaguem ideologias fascista, nazista e supremacista racial no âmbito do Distrito Federal. O texto prevê advertência, multa, suspensão do alvará de funcionamento por 30 dias e cassação do alvará como sanções aos infratores. Na aplicação das penalidades

será considerada a gravidade do fato e eventual reincidência. As penas não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, pois os servidores, no exercício de suas funções, serão punidos pessoalmente na forma do Regime Jurídicos dos **Servidores Públicos** Civis do Distrito Federal. Agora, a norma será encaminhada ao Buriti, para que o governador sancione ou vete o projeto. A regulamentação fica a cargo do Executivo, que também será responsável por fiscalizar a legislação. A lei passa a valer na data em que for publicada.

Mais incêndios com Marina

A deputada Bia Kicis (PL), sempre ela, voltou a fazer contas.

Descobriu que foi durante as gestões da ministra Marina Silva (foto) que o número de focos de incêndio em áreas rurais - especialmente florestas e cerrado - mais cresceu no país.

De acordo com o quadro exibido por Bia, o número de focos de incêndio era de 218 mil por ano no primeiro governo Lula, quando Marina inaugurou sua gestão no Meio Ambiente, e de 186 mil em Lula 2. No governo Dilma, quando Marina cedeu sua vaga para Izabella Teixeira, caiu a 58 mil. Sob **Temer**, a média foi a 87 mil e, com Bolsonaro, ficou entre 89 e 98 mil. Agora no terceiro governo Lula, com Marina no ministério, voltou a subir e chegou a 140 mil no ano passado. Mas, claro, a turma da Marina tem sua desculpa na ponta da língua. Dirá que com ela a fiscalização foi mais eficiente, assim como o combate às chamas.

Os perigos de pedalada no Pé de Meia

Contador e auditor fiscal, o senador brasiliense Izalci Lucas, do PL (foto), alertou para a irregularidade no mecanismo de pagamento do programa Pé de Meia adotado pelo Executivo. Explicou, de forma didática, que nenhum programa público pode ser executado sem previsão orçamentária. "O governo quer destinar de R$ 12 a 13 bilhões para o programa, mas não há previsão orçamentária para isso", lembrou. "Agora, sem recursos, tenta tirar de um lado e outro. Isso pode acabar configurando pedalada fiscal", afirmou.

O Tribunal de Contas da União já determinou prazo para que o governo regularize os recursos destinados ao Pé de Meia, voltado a estudantes do ensino médio da rede pública. Caso os ajustes não sejam feitos de forma adequada, o governo pode incorrer em infrações fiscais, com consequências legais e políticas.

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18838

Incoerência para a economia do Estado

Apesar da posição contrária aos decretos do governo Lula que mexeram nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, disse que a derrubada do tributo pelo Congresso é incompatível com a aprovação do projeto que aumenta o número de deputados federais.

"Ao mesmo tempo em que a gente derruba o imposto, e não vou entrar no mérito do IOF, porque é um imposto que a Fiesp se manifestou contra porque traz outros malefícios, mas, ao mesmo tempo em que derruba o IOF, [o Congresso] aumenta o gasto, aprovando aumento do número de deputados. É incompatível", disse o presidente da entidade.

O presidente da Fiesp participou ontem da abertura da reunião do Comitê Tributário da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), órgão ligado à Advocacia-Geral da União (AGU), sobre dúvidas relacionadas à **reforma tributária**.

Ele comparou o número de deputados federais no Brasil, que vai passar de 513 para 531, com os 435 representantes no congresso dos Estados Unidos, país com população mais de 50% superior à brasileira.

Afirmou ainda que o Congresso Nacional não pode, a título de mandar recados ao Poder Executivo, adotar medidas que comprometam o futuro do Brasil. "De recado em recado, vamos inviabilizando o desenvolvimento nacional." Josué voltou a dizer que, no Brasil, cada um quer preservar o seu quinhão e ninguém abre mão do seu benefício, repetindo o pedido para que os setores industriais avaliem quais incentivos são dispensáveis por já não serem eficazes. Ele também defendeu uma cultura de revisão periódica dos gastos públicos e dos benefícios fiscais, "para reduzir a carga tributária sem descuidar das pessoas mais fragilizadas".

Também presente ao encontro, o ministro Jorge Messias, da AGU, destacou o excesso de judicialização no país e disse que o gasto do governo com decisões judiciais, que está na casa de 55% da despesa discricionária, irá a 65% até 2028 se não houver nenhuma mudança.

"Temos cinco vezes mais processos civis do que na Europa. No campo da administração pública, sete vezes. Como isso pode dar certo?" **Reforma Tributária** O Comitê Tributário da Sejan recebeu 22 questões relacionadas à **reforma tributária** e acolheu 14 demandas. Algumas serão levadas aos grupos que trabalham no regulamento do novo sistema e outras serão analisadas pela Secretaria da Reforma (Da Folhapress).

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18838

A reforma tributária se esqueceu do terceiro setor

Artigos

A **reforma tributária** do consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, apresenta à sociedade brasileira um modelo fiscal que pretende ser mais justo e eficiente, pautado nos princípios da simplicidade, transparência, não cumulatividade plena, neutralidade, justiça tributária e proteção ao meio ambiente.

Sua mais significativa alteração é a instituição de dois novos **tributos** (IBS e CBS) em substituição aos velhos e complexos ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins. Dentre inúmeras relevantes mudanças no atual modelo fiscal, destacamos, para fins de reflexão, a previsão de uma ampla e generalizada extinção dos incentivos fiscais já concedidos e a vedação para a concessão de novos.

Pelo lado positivo, o fim dos benefícios fiscais acarretará significativa mitigação da guerra fiscal travada há décadas, além de eliminar inúmeras exonerações tributárias, muitas delas sem avaliação e controle dos seus resultados.

O país tem um encontro marcado com o debate envolvendo uma revisão abrangente das renúncias fiscais concedidas aos mais diversos setores econômicos, cujo custo-benefício precisa ser reavaliado sob a perspectiva da justiça fiscal e da eficiência. Contudo isso não pode servir de justificativa para que se ignorem os efeitos perniciosos de tal medida da **reforma tributária** sobre as atividades do terceiro setor.

As instituições privadas sem fins lucrativos suprem, com bastante intensidade e capilaridade, a incapacidade estatal de atender a necessidades sociais básicas, em áreas como educação, assistência, saúde, esporte e cultura. Dentre outros, falamos de orfanatos, creches, instituições que acolhem pessoas abandonadas ou cuidam de dependentes químicos. Todas serão atingidas pela ampla extinção dos benefícios fiscais, restringindo ou inviabilizando a continuidade de projetos sociais que dependem de estímulos financeiros de natureza fiscal.

Apesar de haver previsão expressa de imunidade tributária para as organizações assistenciais e beneficentes, que afasta até a cobrança de ITCMD sobre doações a elas destinadas, assim como da criação de um Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, não há qualquer menção quanto à destinação de recursos ao terceiro setor e a seus projetos sociais, assistenciais e ambientais.

Isso significa que, acompanhando a diminuição gradual das alíquotas do ICMS e do ISS durante o período de transição ao novo sistema de tributação sobre o consumo, os valores recebidos pelas entidades do terceiro setor por meio dos incentivos fiscais relacionados a esses dois **impostos** serão reduzidos na mesma proporção, já a partir do próximo ano, deixando de existir por completo a partir de 2033.

O impacto da extinção dessas relevantes fontes de recursos não pode ser subestimado. De acordo com o relatório da fintech social Simbi, apenas no ano-base 2023, cerca de R$ 800 milhões foram aportados pela iniciativa privada a projetos nas áreas do esporte e da cultura por meio dos incentivos fiscais previstos nas legislações de estados e municípios.

Se nada for feito, o fim desses mecanismos de fomento ao investimento social resultará em redução drástica das fontes de financiamento das entidades da sociedade civil organizada que desenvolvem iniciativas de interesse social em suas diversas vertentes.

A FGV Justiça e o Instituto Iter, no âmbito do Fórum de Responsabilidade Social, realizaram recentemente um encontro com especialistas da área tributária, empresarial e social. Com a questão da ausência de tributação reduzida para serviços de saneamento básico e da universalização desse direito humano fundamental, o tema da extinção dos incentivos fiscais pautou os debates, uma vez que essa medida inequivocamente afetará a realização de atividades sociais tradicionalmente levadas adiante por empresas privadas e pelo terceiro setor.

Um país ainda tão desigual e carente de investimentos nessas áreas não pode se dar ao luxo de reduzi-los ainda mais. O poder de tributar deve conciliar justiça fiscal com justiça social.

*André Mendonça é ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Gustavo Bichara é advogado tributarista, Marcus Abraham é desembargador federal no Tribunal

Regional Federal da 2ª Região

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
A **reforma tributária** se esqueceu do terceiro setor

Site:
https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/06/a-reforma-tributaria-se-esqueceu-do-terceiro-setor.ghtml

Brasil pode economizar R$ 24,8 bi por ano em custos de saúde se reduzir em 1% a taxa de tabagismo

Cláudia Collucci

Se reduzisse a prevalência de fumantes em apenas um ponto percentual, o Brasil deixaria de gastar por ano R$ 24,8 bilhões com os custos diretos e indiretos relacionados ao tabagismo, mostra uma nova ferramenta apresentada durante congresso internacional de controle do tabaco, que ocorreu em Dublin (Irlanda) nesta semana.

O modelo interativo, que consta no novo Atlas do Tabaco , demonstra como os países podem usar **impostos** sobre o tabaco para gerar novas receitas, reduzir o número de fumantes, aumentar a produtividade econômica e recuperar milhões em despesas de saúde no tratamento de doenças relacionadas ao tabagismo.

Desenvolvido pela equipe de economia para a saúde da Universidade Johns Hopkins, Vital Strategies e American Cancer Society, o Estimador de Recuperação de Custos e Receitas (Corre, na sigla em inglês) usa dados recentes de mais de cem países para estimar o possível ganho de receita tributária em diferentes cenários fiscais.

No Brasil, por exemplo, a ferramenta parte de uma prevalência média de 11% de tabagismo e de um gasto de R$ 334,1 bilhões, entre tratamento das doenças causadas pelo cigarro, perda de produtividade e mortes. Considera R$ 5,50 o preço médio e 4,4% de total de taxas por maço de cigarro.

No cenário mais conservador, se quisesse reduzir a prevalência para 10%, o preço recomendado do maço de cigarro seria R$ 8 com taxas de 6,9%. Assim, teria na receita fiscal dos cigarros um ganho esperado de R$ 3,6 bilhões e deixaria de gastar quase R$ 25 bilhões com despesas relacionadas ao tabagismo.

A OMS (Organização Mundial da Saúde), a The Union (União Internacional contra a Tuberculose e as Doenças do Pulmão) e especialistas de diversos países presentes na conferência defenderam fortemente os **impostos** sobre o tabaco como uma das estratégias mais eficazes para prevenir a iniciação ao tabagismo, incentivar a cessação e reduzir o uso geral do tabaco.

"O custo anual do tabaco é impressionante, são 8 milhões de vidas perdidas a cada ano, cerca de US$ 2 trilhões em prejuízos econômicos, grande parte disso proveniente da média de 11 anos de vida que os fumantes perdem, o que significa uma produtividade econômica muito menor", disse Jeff Drope, professor pesquisador e diretor da equipe de economia para a saúde da Johns Hopkins.

Mary-Ann Etiebet, presidente da Vital Strategies, lembrou que, em tempos em que governos de todo o mundo enfrentam déficits de financiamento em saúde, o aumento de **impostos** pode significar uma fonte nova de receitas.

"Esperamos que a ferramenta [Corre] sirva para ajudar os países a concretizar o triplo ganho de salvar vidas, reduzir os custos dos cuidados de saúde e gerar receitas", afirmou.

Um estudo lançado no início deste mês pelo núcleo de gestão em saúde da FGV (Fundação Getulio Vargas) recomenda que o Brasil siga diretriz da OMS que sugere uma carga tributária mínima de 75% sobre o preço final do cigarro. Atualmente, essa carga gira em torno de 70%.

Países da União Europeia, por exemplo, ultrapassam os 80%. O estudo também propõe que os **impostos** sejam ajustados regularmente com base na **inflação**, o que pode contribuir para a redução do consumo.

Durante a conferência, o Brasil foi elogiado pela bem-sucedida política antitabagista , mas vários especialistas citaram o fato de o país ter ficado sem reajustar o preço do cigarro entre 2016 e 2024 como um dos principais fatores que levaram o país a registrar aumento na taxa de fumantes .

De acordo com dados preliminares divulgados pelo Ministério da Saúde, entre 2023 e 2024, o percentual de adultos que fumam subiu de 9,3% para 11,6%, um crescimento que interrompe uma tendência de queda que durava quase duas décadas. O aumento foi mais expressivo entre as mulheres, cuja taxa passou de

7,2% para 9,8% -entre os homens, passou de 11,7% para 13,8%.

"O maço de cigarro é muito barato no Brasil. Por isso não dá para considerar só a porcentagem da carga tributária [recomendada pela OMS]. Precisa ter aumento de preço para coibir o consumo", afirma Monica Andreis, diretora da ACT Promoção da Saúde, organização que trabalha na promoção e defesa de políticas públicas de saúde, entre elas ações contra o tabagismo.

Na **reforma tributária** também há um imposto especial (TET) que incidirá sobre os cigarros e um imposto geral que incidirá o consumo (IBS). Assim, a carga tributária sobre os cigarros será a soma de ambos.

Vera Luiza da Costa e Silva, secretária executiva da Conicq (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos), afirma que, embora haja um consenso sobre os benefícios trazidos pelo aumento das taxas e do preço do tabaco, a aplicação ainda é um desafio no Brasil e em outros países.

"Há um lobby muito grande da indústria do tabaco, que tem toda uma narrativa de que aumentar os **impostos** significa também aumentar o comércio ilícito, quando, na verdade, estudos internacionais e estudos no Brasil mostram que não."

Segundo ela, o comércio ilícito depende de muitos outros fatores, entre eles a criminalidade. "Não existe isso de você migrar do lícito para o ilícito. O cigarro ilícito também aumenta o preço. Há situações vividas em favelas do Rio de Janeiro em que os ilícitos são mais caros que os lícitos."

Para Vera Silva, o comércio ilícito precisa ser combatido com repressão e inteligência, mas, segundo ela, há "quase uma paralisação", embora exista um protocolo internacional para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco.

De acordo com ela, no Brasil, vários atores do governo -como Ministério da Fazenda, **Receita Federal**, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, polícias Federal e Rodoviária Federal- possuem ações em conjunto, mas ainda há vários desafios, como a atualização do sistema de rastreamento e localização para que chegue ao consumidor. "O consumidor tem que poder, através do celular dele, identificar se um produto é ilegal ou não."

A jornalista viajou a convite da Vital Strategies

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP
Brasil pode economizar R$ 24,8 bi por ano em custos de saúde se reduzir em 1% a taxa de tabagismo

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/06/brasil-pode-economizar-r-248-bi-por-ano-em-custos-de-saude-se-reduzir-em-1-a-taxa-de-tabagismo.shtml

Diagnóstico e reformado Direito Penal Tributário (Artigo)

Heloísa Estellita, Fernanda Villares, Mariana Spoljaric e Pedro M. M. Mendonça

No dia 11 de junho de 2025, na FGV Direito SP, apresentamos os resultados da primeira fase da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate". Nessa etapa, desenvolvida com a colaboração de diversos pesquisadores e três entidades apoiadoras, procuramos validara hipótese central do estudo: a de que o sistema penal-tributário brasileiro apresenta alto grau de ilegitimidade, pois perdeu sua função preventiva, é aplicado de forma desigual e incoerente e acaba incentivando certas práticas criminosas.

A análise dos julgados cios tribunais superiores, de 2019 a 2024, confirmou a hipótese. Eis os achados mais relevantes.

A principal constatação refere-se aos efeitos negativos da extinção irrestrita da punibilidade pelo pagamento do crédito tributário. Foram analisados 43 acórdãos do STJ e 12 do STF, a partir dos quais se observa a fraude fiscal pode ser utilizada como instrumento de gestão de caixa, em função da confiança na possibilidade extinção da punibilidade com o pagamento posterior, especialmente em virtude da ampliação do marco temporal para momentos após o trânsito em julgado da condenação.

Esse regime transformou a ameaça penal em mecanismo de cobrança fiscal, desvirtuando tanto a função preventiva da pena quanto a função de proteção de direitos fundamentais dos suspeitos que cabe ao processo penal.

No que se refere à Súmula Vinculante 24 cio STF, que condiciona a tipificação de crimes tributários à constituição definitiva do crédito na esfera administrativa, outros tantos problemas foram identificados. Especial destaque merece o distanciamento temporal entre a prática da conduta e a resposta penal. Esse distanciamento compromete gravemente da ameaça penal: o longo período de inatividade entre a prática do fato e o processo penal gera sensação de impunidade; há um grande risco de que a pena, aplicada décadas depois da prática criminosa, afete um agente diferente daquele que praticou a conduta, debilitando o cumprimento do princípio cia culpabilidade; por fim, a distância temporal entre o fato e o julgamento prejudica a produção de provas, tanto pela acusação, quanto pela defesa. Para contornar esses cléficits, os tribunais têm criado uma série de hipóteses de mitigação da súmula, exceções casuísticas que ampliam a insegurança jurídica e revelam um esgotamento da funcionalidade da própria súmula.

Foram identificados critérios díspares na aplicação do princípio cia insignificância. Um exemplo é o estabelecimento do patamar de 20 mil reais para **tributos** federais, enquanto cada Estado e Município pocle definir seu próprio limite para seus **tributos**. Uma distinção que desorienta o destinatário da norma penal e compromete o princípio da isonomia.

A **reforma tributária** acrescentará complexidade a esse cenário. A instituição de dois **tributos** derivados cio mesmo fato gerador, com competências administrativas distintas, resultará em diferentes momentos de constituição definitiva do crédito, potencial duplicidade de investigações criminais (Justiça Federal para CBS,Justiça Estadual para IBS) e risco de caracterização automática de múltiplos crimes para cada conduta. Isso poderá ampliar ainda mais a distância temporal entre a conduta e a resposta penal, agravando os problemas já identificados na aplicação cia SV 24.

Foram identificadas outras falhas. Na classificação dos crimes tributários, por exemplo, verificou-se indefinição quanto à sua natureza, se especial ou comum, o que impacta na definição de quem pode ser considerado autor do crime. No compartilhamento de dados fiscais, persistem incertezas interpretativas, mesmo após a fixação de tese no Tema 990 pelo STF. A aplicação das regras de concurso de crimes carece cie critérios específicos para o ambiente tributário. Embora 81 acórdãos no STJ abordem a continuidade delitiva, não existem parâmetros objetivos para situações envolvendo múltiplos entes federativos.

É importante registrar que a análise se limitou a decisões colegiaclas (acórdãos) dos tribunais superiores. As decisões monocráticas, muito frequentes em matéria penal, não integraram a amostra, sugerindo que a incidência real cios problemas seja superior aos números encontrados.

Os dados mostram que esses problemas já não

podem ser solucionados pela via jurisprudencial, exigindo intervenção legislativa.

Uma reforma, portanto, é uma necessidade urgente para restaurar a função preventiva da ameaça penal, assegurar segurança jurídica e estabelecer condições equitativas entre contribuintes. Se é verdade que o advento da **reforma tributária** agrava essa situação, também é verdade que oferece uma ótima oportunidade para pensarmos em uma reforma legislativa minimalista, que resgate a função preventiva e de ultima ratio do direito penal tributário, oferecendo soluções sistemáticas e coerentes, que prestigiem a segurança jurídica e devolvam à norma penal seu papel de padrão de orientação para os contribuintes.

Na próxima fase da pesquisa, faremos uma análise exploratória de como outros sistemas jurídicos têm enfrentado desafios semelhantes, especialmente com relação ao IVA. A ideia não é a de importar soluções estr angeiras, mas observar experiências relevantes para inspirar o desenvolvimento de soluções adequadas à nossa realidade.

Heloísa Estellita, Fernanda Villares, Mariana Spoljaric e Pedro M. M. Mendonça são, respectivamente, coordenadorase pesquisadores bolsistas da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" desenvolvida pelo Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

0 jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188244?page=18&section=1

CÂMARA APROVA PROJETO QUE ALTERA A TABELA DO IR

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou na noite de quarta-feira (25) o projeto de lei que altera a tabela mensal do Imposto de Renda (IR) a fim de garantir a isenção para quem recebe até dois salários mínimos a partir de maio de 2025. O texto foi enviado ao Senado. De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), o Projeto de Lei 2692/25 repete a Medida Provisória 1.294/25, que perde a vigência em setembro deste ano.

A matéria foi relatada pelo deputado Ar-thur Lira (PP-AL), que recomendou a aprovação sem mudanças, apenas prevendo a revogação da MP. Todos os partidos votaram a favor do proj eto. O texto corrige a primeira faixa da tabela e eleva o limite de aplicação da alíquota zero, que passa de R$ 2.259,20 para R$ 2.428,80. Segundo o governo, o reajuste para essa faixa implicará renúncia fiscal de R$ 3,29 bilhões neste ano. Devido à sanção do Orçamento de 2025 apenas em abril, o reajuste da tabela vale a partir de maio.

Quem ganha até dois salários mínimos já era isento em anos anteriores. No entanto, o governo precisou atualizar a tabela do IR em razão do reajuste do salário mínimo no início do ano. "O acordo construído foi que esse projeto não tivesse alteração alguma da medida provisória [1294/25, com mesmo teor]. Para que ele não machucasse o debate que vamos fazer, muito mais amplo quando vier o projeto que isenta os R$ 5 mil com as suas possíveis compensações", informou Arthur Lira.

Lira afirmou ainda que o projeto aprovado pelos deputados faz parte de um"combo", junto com a proposta que aumenta o limite de isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil por mês a partir de 2026 (PL1087/25). A tabela do Imposto de Renda funciona de forma progressiva, e o imposto a pagar aumenta conforme a faixa de rendimento, chegando a 27,5% para os maiores salários.

Segundo Lira, no entanto, a proposta não enfrenta a defasagem histórica da tabela do Imposto de Renda, mas é uma medida pontual para sanar o efeito mais imediato e nocivo da defasagem. A deputada Chris Tonietto (PL-RJ), vice-líder da oposição, defendeu a votação da proposta, mas disse que só o aumento da isenção para pelo menos R$ 5 mil vai trazer verdadeira dignidade. "Reafirmamos a nossa defesa para que aumentemos o limite da isenção, para que a gente consiga fazer com que as pessoas sobrevivam neste Brasil em que existe essa cargatributária altíssima".

A coordenadora da bancada feminina, deputada Jack Rocha (PT-ES), destacou que desde o governo de Dilma Rousseff não havia uma

tabela de correção. "Os governos que passaram por aqui, quase nove anos, não se importaram em incluir essas pessoas como faz hoje o governo do presidente Lula", declarou.

isenção

O Projeto de Lei 1.087/25, que concede isenção para quem ganha até R$ 5 mil mensais precisa ser aprovado pelo Congresso até 30 de setembro, de acordo com o princípio da noventena, segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). O princípio da noventena prevê a anterioridade de 90 dias para a vigência de lei sobre determinados **impostos**. Portanto, para a nova legislação

do IR entrar em vigor em 2026, o texto precisa virar lei até 30 de setembro.

Segundo Motta, há um ambiente favorável à aprovação da proposta, mas os parlamentares têm a tarefa de aperfeiçoar o texto encaminhado pelo Executivo. O presidente destacou que a Câmara deve buscar novas formas de compensação para a isenção fiscal que o governo propõe.

Para compensar a perda de receitas que o aumento da isenção trará, o Executivo prevê um imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R$ 50 mil por mês, o equivalente a R$ 600 mil por ano. "O desafio é como fazer para melhorar o projeto do ponto de vista da compensação. Temos um calendário estabelecido para que o Senado também tenha tempo de analisar a matéria,

e os senadores também podem alterar o texto", destacou Motta.

Em maio, antes do atual embate do Congresso com o governo federal, Motta defendeu diálogo e pacificação, bem diferente da postura adotada nos últimos dias,

quando Câmara e Senado rejeitaram os decretos do Executivo que aumentavam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Durante o evento Brazil Week, que reuniu autoridades, empresários e investidores para debater o desenvolvimento econômico brasileiro, em NovaYork, em 15 de maio, o deputado afirmou que o Legislativo e o Executivo têm a missão de pacificar o país para atrair mais empresários e investidores a injetarem recursos no Brasil. "Precisamos ter um ambiente de harmonia e pacificação para que todas as nossas potencialidades possam ser aproveitadas pelas iniciativas privadas e o poder público", defendeu. Apesar do ambiente de tensão entre Congresso e governo, interlocutores dos dois poderes acreditam que a isenção do IR deve ser aprovada no Legislativo.

Site: https://digital.em.com.br/

Sem solução à vista

(Colaboraram Thaís Barcellos, Bruna Lessa e Luí-sa Marzullo)

A possibilidade de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Congresso de derrubar o decreto que elevou o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) divide o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Uma ala do Executivo é a favor de um "enfrentamento" do tema no Judiciário, enquanto outra teme o agravamento da crise com o Legislativo, arrastando o Judiciário para o problema.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; e da Casa Civil, Rui Costa, têm advogado pela judicialização. Lula também deixa clara a sua posição a favor da ação, mas, ressaltam auxiliares, ainda pode ser convencido a mudar de posição.

A Advocacia-Geral da União (AGU), por sua vez, vê com ressalvas essa possibilidade. Na avaliação do comando do órgão, o problema instalado é mais político do que jurídico e abrir essa nova frente de desgaste pode aumentar a tensão com o Congresso, com resultados incertos para o Planalto. Cabe à AGU ingressar no STF.

Por isso, integrantes da articulação política afirmam ainda que Lula deveria buscar os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (Uni-ão-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), antes de sacramentar a decisão sobre ir ao STF.

Com a queda do decreto, por exemplo, volta a ser de 1,1% a alíquota de IOF sobre remessa de recursos para contas de brasileiros no exterior -que tinha sido elevada para 3,5%.

Haddad foi o primeiro ministro a levar a Lula a possibilidade de recorrer ao Judiciário, argumentando que a manobra do Congresso foi inconstitucional porque a prerrogativa de mexer na alíquota do IOF é do Executivo. Segundo ele, o governo também consi-

dera outras duas medidas para responder à derrubada: buscar uma nova fonte de receita ou fazer um novo corte no Orçamento que "vai pesar para todo mundo".

"Na opinião dos juristas do governo, (a decisão de derrubar o IOF) é flagrantemente inconstitucional", argumentou. "Nem nós devemos nos ofender quando um veto é derrubado e nem o Congresso pode se ofender quando uma medida é considerada pelo Executivo incoerente com o texto constitucional", completou Haddad, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo.

MAIS RECEITAS OU CORTES

De acordo com o ministro, a derrubada pode obrigar o governo a ter que fazer mais cortes, afetando recursos importantes para a população. Apesar disso, Haddad ressaltou que a decisão final sobre a resposta será do presidente Lula.

"Tem três possibilidades. Uma é buscar novas fontes de receita, o que pode ter a ver com dividendos, com a ques-

tão do petróleo, tem várias coisas que podem ser exploradas. A segunda é cortar mais. Além dos R$ 30 (bilhões contingenciados), mais R$ 12 (bilhões, que é a previsão de arrecadação com o decreto). Vai pesar para todo mundo. Vai faltar recurso para a saúde, para a educação, para o Minha Casa, Minha Vida. Não sei se o Congresso quer isso", ressaltou.

Após a fala de Haddad, o ministro da AGU, Jorge Messias, divulgou uma nota na qual diz não haver decisão, e que o tema será **comunicado** exclusivamente por ele após "oitiva da equipe econômica". Com uma base fragilizada -o decreto foi derrubado por 383 votos a 98 na Câmara -o governo Lula tem recorrido ao STF como alternativa a derrotas.

Ao longo de quarta-feira, enquanto acompanhava sua equipe falhar em convencer lideranças do Congresso a negociar um recuo, Lula teve uma série de conversas com seu núcleo mais próximo no Palácio do Planalto e indicou que pode abrir a briga judicial diante da postura dos parlamentares.

Ministros do governo argumentaram com Lula que os parlamentares deram sinais claros de que decidiram antecipar a disputa eleitoral de 2026, buscando enfraquecer o governo. E, por isso, dobrar a aposta em cima das pautas defendidas pelo petista é necessário para "marcar posição". Isso significa levar à população o discurso de que o governo trabalha para taxar o "andar de cima". Lula indicou concordar com a avaliação de que a corrida de 2026 já está em jogo.

A leitura política reforçou argumentos de Haddad. A justificativa é que se trata de uma prerrogativa do Executivo mexer na alíquota do IOF. Para a equipe

econômica, o texto é claro, e o Congresso não poderia imiscuir-se numa atribuição do governo federal.

PI0RAN0 AMBIENTE

Em maio, o presidente da Câmara já havia declarado que a judicialização iria "piorar o ambiente" no Congresso. Na visão de Haddad e ministros palacianos, porém, de lá para cá o cenário mudou e o clima com os parlamentares azedou de vez, o que justificaria a empreitada judicial.

Hugo Motta, defendeu a decisão do Congresso, nas redes sociais, ontem: "Essa construção se deu de forma supra-partidária e, com a maioria expressiva, a Câmara e o Senado resolveram derrubar esse decreto do governo para evitar o aumento de **impostos**".

Além da AGU, lideranças aliadas ao governo no Congresso tentam dissuadir o Planalto da judicialização. Um dos vice-líderes do governo na Câmara, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) classificou como "pior escolha" a eventual ida ao Judiciário:

-Certa ou errada, a decisão do Congresso é legítima. Judicializar conflitos fragiliza as instituições. Acredito que o governo terá juízo.

Paralelamente ao argumento da judicialização, a equipe econômica trabalha ainda com dois cenários: encontrar uma fonte alternativa de receita que permita cobrir o valor não arrecadado com o IOF ou aumentar o contingencia-mento de recursos, o que afetaria emendas parlamentares e os gastos dos ministérios.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que a equipe econômica tem prazo de duas a três semanas para encontrar solução, porque vai divulgar em julho o relatório de avaliação de receitas e despesas (no qual libera ou congela verbas dos ministérios).

- Estamos na iminência do relatório bimestral de julho, para além da proposta orçamentária de 2026. Já estamos começando o rito de preparação das estimativas, então tem de ser levado em consideração -disse Ceron.

Em meio à alta temperatura da crise, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, preferiu olhar para o lado positivo e disse que, ao contrário de outros países, o tema das contas públicas é central no debate nacional atualmente.

-O tema central que vem sendo debatido é justamente como endereçar essa questão de ter medidas estruturantes para permitir a sustentabilida-de da evolução da dívida pública. Isto é um ponto muito positivo -disse Galípolo, em entrevista.

"Na opinião dos juristas do governo, (a decisão de derrubar o IOF) é flagrantemente inconstitucional"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

"Judicializar conflitos fragiliza as instituições. Acredito que o governo terá juízo"

Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo na Câmara

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Crise adia apresentação do PL que amplia isenção do IR

Beatriz Roscoe, Murillo Camarotto, Sofia Aguiar e Renan Truffi

A escalada da crise entre Executivo e Legislativo após a derrubada do decreto que elevava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) já ameaça outras pautas de interesse do governo no Congresso. O relator do projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil, deputado Arthur Lira (PP-AL), deve adiar a apresentação do parecer ao texto, que estava prevista no plano de trabalho para esta sexta (27). Ao mesmo tempo, há expectativa de resistências à medida provisória (MP) que compensa a frustração de receitas após os recuos do governo no decreto, agora sustado.

No caso do projeto do IR, a avaliação é de que agora não é o momento e que é preciso baixar a poeira. A ideia, no entanto, é apresentar o relatório antes do recesso que começa em 18 de julho.

O clima entre o governo e o Congresso está mim e os parlamentares têm reforçado um discurso de que há um sentimento de "esgotamento" no Legislativo com medidas arre-caclatórias e que elevam **impostos**.

Lira tem buscado soluções para a compensação da renúncia fiscal causada pela ampliação da faixa de isenção do IR. A proposta original do Ministério da Fazenda prevê a tributação de dividendos e de contribuintes de alta renda como forma de compensação ao aumento da faixa de isenção do IRPF-e o foco de atuação de Lira no relatório será discutir essa compensação.

O Executivo também busca o avanço da MP alternativa ao IOF. Apesar da tensão, o governo aposta que é possível encontrar um consenso no Congresso em relação ao texto. Como o Valor noticiou na quarta-feira, a equipe econômica já foi alertada de que não há votos para aprovara proposta.

A MP prevê, entre outros pontos, aumento no IR retido na fonte dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos pelas empresas aos acionistas e mudanças nos títulos privados incentivados.

As negociações ocorrem em um momento de piora na relação entre o governo e o Congresso. Após a derrubada do decreto do IOF, há uma avaliação no Planalto de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), quebrou a promessa que tinha feito à gestão federal de garantir previsibilidade na pauta, e alegam que esse compromisso foi um dos principais motivos que selou o apoio do governo ao seu nome no comando da Casa Legislativa. Fontes reconhecem que a relação com Motta está abalada, mas ponderam que o governo precisa ter "calma" para agir.

Na avaliação de assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a decisão de Motta teve como objetivo travar uma disputa política para garantir uma base dele no Congresso, a exemplo do que ocorria com Lira. Ainda, para eles, Motta quer construir uma estratégia para 2026, diante da queda de popularidade que a gestão petista vem enfrentado. Procurado, o presidente da Câmara não respondeu.

Por outro lado, líderes aliados a Motta avaliam que não houve "surpresa" em pautar a derrubada do decreto, que isso reflete o sentimento majoritário da Casa e que isso ficou claro na reunião com a ministra da SRI, Gleisi Hoffmann.

Após a derrota imposta pelo Congresso, Lula foi às redes sociais e disse que "muita gente está falando em imposto no Brasil nos últimos dias" e, por isso, é "importante entender o que de fato está sendo proposto": "O governo quer fazer mudanças tributárias combatendo privilégios e injustiças. Tomar o sistema mais justo."

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188244?page=18&section=1

Impacto das tarifas atinge de latas de cerveja a geladeiras

As tarifas do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre setores específicos estão aumentando gradualmente, especialmente taxas sobre aço e alumínio - que agora incluem latas de cerveja e alguns eletrodomésticos -, gerando preocupações sobre uma expansão ainda maior e descontrolada.

Washington começou a impor tarifas de 50% sobre aço e alumínio na segunda-feira para eletrodomésticos como máquinas de lavar, geladeiras, lava-louças e micro-ondas. Esses produtos estão sujeitos as taxas por serem são considerados derivados de aço e alumínio.

O escopo também está se ampliando em outros setores. Os EUA adicionaram cerveja em lata às tarifas sobre aço e alumínio em abril, visando a lata de alumínio, não a cerveja dentro dela.

O objetivo das tarifas setoriais é evitar um aumento repentino nas importações que prejudique a segurança dos EUA, mas Washington ainda não explicou como latas de cerveja e geladeiras se relacionam com a segurança nacional.

Em maio, o Departamento de Comércio dos EUA iniciou uma estrutura para adicionar itens às tarifas sobre aço e alumínio.

Apesar da ambiguidade, o uso de **impostos** setoriais pode acelerar ainda mais devido aos processos judiciais envolvendo outras tarifas impostas por Trump.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188244?page=18&section=1

Derrubada do IOF - XEQUE-MATE DA ECONOMIA

ESTEFANO BARIONI

Nesta quarta-feira, conforme havia sido antecipado pelo presidente da Câmara dos Deputadosemsuas redes sociais, o Congresso Nacional colocouempauta a discussão do novo IOF.Emvotação realizada no plenário, os deputados derrubaram o decreto do governo que estabelecia as novas (e mais elevadas) alíquotas do IOF. Foram 383 votos a favor de derrubar o decreto presidencial e 98 votos contra. Na sequência, o Senado Federal confirmou a decisão da Câmara.

Votos

Ao conseguirem aprovar facilmente o regime de urgência desse tema, os deputados já tinham demonstrado que teriam votos suficientes para derrubar o decreto do IOF, caso desejassem.Mesmoassim, essa decisão aconteceu mais cedo do que se esperava.Ogoverno, que esperava garantiruma arrecadação adicional de R$ 20 bilhões, já havia recuadoem alguns pontos do decreto original e apresentado alternativas para manter a arrecadação prevista.

**

Acordo

Por isso, tudo indicava que um acordo estava sendo costurado com os deputados, de modo a permitir a continuidade da cobrança do novo IOF.

Umsinal desse eventual acordo foi a aceleração nas liberações de verbas para emendas parlamentares. Até 12 de junho deste ano, apenas R$ 93,1 milhões já haviam sido empenhados em reservas de emendas parlamentares.

Uma semana depois, esse valor já havia crescido para R$ 776 milhões.

Insatisfação

Hoje, o montante já empenhado pelo governo para o pagamento de emendas supera R$ 1,9 bilhão.No entanto, os valores efetivamente pagos são muito inferiores. Até o momento, apenas R$ 465 milhões já foram efetivamente pagos, valor que representa menos de 1% do total de emendas reservadas para 2025, que é de R$ 50 bilhões. A demora nos pagamentos, ainda que não tenha sido o único motivo, certamente contribuiu para a insatisfação dos deputados e derrota do governo.

Atraso

Segundo o Executivo, a demora no pagamento das verbas de emendas ocorreu pelo atraso na aprovação do Orçamento e o aumento nos valores empenhados seria apenas coincidente, sendo realizado agora para recuperar o atraso do começo do ano. Também houve, por parte do governo, uma tentativa de aceleração no pagamento das emendas, mas não foi o suficiente para conter a insatisfação dos congressistas.

Derrota

O resultado foi uma derrota acachapante para o governo, que teve o decreto original e suas duas revisões derrubadas pelo Congresso. Esta também foi uma derrota histórica, pois a última vez em que o congresso havia derrubado um decreto presidencial havia sido no governo de Fernando Collor, em 1992. Naquele ano, o Congresso Nacional derrubouum decreto presidencial seis meses antes de abrir um processo de impeachment contra o então presidente.

Tributação

Com o resultado, as alíquotas do IOF voltam a ser aquelas praticadasem22 de maio, antes da publicação do decreto presidencial que realizou o primeiro aumento. Por exemplo, os aportes em VGBL não terão mais pagamento de IOF, independentemente do valor, e a compra de moeda estrangeira em espécie voltará a pagar IOF de 1,1% e não mais de 3,5%.

Resultado

Por outro lado, a tributação sobre as bets, sobre os rendimentos de LCI e LCA e o aumento de **impostos** sobre a operação de fintechs continua válida, pois estas foram instituídas por Medida Provisória.

Fora, portanto, do decreto presidencial que foi derrubado.

O Congresso, eventualmente, também poderá

derrubar essa medida provisória, mas por enquanto ela continuaem vigor.

Significado

A derrota do governo significa duas coisas. A primeira é que existirão maiores cortes no orçamento.

O governo terá que contingenciar outros R$ 12 bilhões do orçamento para conseguir cumprir o arcabouço fiscal. Ou então terá que buscar maiores fontes de receita, como por exemplo a tributação de dividendos. O outro significado é de um governo visivelmente mais frágil, com maiores dificuldades em conseguir governar o país.

Site: https://correiodigital.rac.com.br/login.php

PIB cai, e balança comercial tem déficit no início da gestão Trump

Maior queda nas exportações em cinco anos impulsiona déficit dos EUA. **PIB** do primeiro trimestre foi revisado para baixo.

PÁGINA 17

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Derrota no IOF eleva pressão por mudança da meta fiscal em2026

A derrubada por parte do Congresso das medidas do Executivo para aumentar o IOF eleva a pressão para o governo mudar a meta de resultado primário de 2026, ano eleitoral, dizem economistas.

A meta de primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) deste ano é de um resultado zerado, com tolerância para um déficit de até 0,25% do **PIB**. Para o ano que vem, a expectativa central é de superávit de 0,25% do **PIB** e, pelo menos, de um déficit zero. O governo esperava arrecadar R$ 12 bilhões com as mudanças no IOF neste ano e R$ 20 bilhões em 2026.

"A meta de 2025 o governo consegue cumprir sem o IOF. Já era o cenário-base antes cia medida", diz Rai Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos. "Para 2026, acho que o governo está muito distante da meta", afirma. Ele projeta déficit de R$ 90 bilhões em 2026, ou de R$ 43 bilhões considerando apenas o que entra no computo da meta. "Mesmo com o

IOF, o governo ainda precisaria de medidas adicionais", diz.

Na avaliação de economistas, o foco agora deve se voltar para a Medida Provisória n-1.303, que já foi enviada como parte da reação do governo a um primeiro recuo em mudanças do IOF e que inclui, entre outras coisas, o fim da isenção a títulos ligados aos mercados agrícola e imobiliário.

"O que mais importa para 2026 é a MP. Mas, se a gente pensar que a derrota no IOF pode sero prenúncio da derrota na MP e, mais que isso, a ide ia de que o Congresso está prejudicando o governo com vistas à eleição, talvez possamos considerar que aumentam as chances de a ala política do PT ganhar força na ideia de mudar a meta", diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Este ano, o governo ainda deve conseguir cumprir a meta usando receitas não recorrentes e algum contingenciamento fiscal, ainda que este segundo instrumento não devesse ser o "preferido" neste momento, diz Carlos Kawall, sócio-fun-dador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional. "O problema maior é para 2026, porque há dúvidas em relação à aprovação da MP", afirma. "Dado que é ano eleitoral, acho que aumenta muito a chance de o governo abrir mão da meta."

As medidas do IOF já não eram apropriadas para cobrir o rombo, diz Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter. "O IOF é um imposto regulatório, e não arrecadató-rio. E, na realidade, a arrecadação continua crescendo. Está todo mundo pagando mais imposto. A arrecadação cresceu, até maio deste ano, 4% acima da **inflação**. Isso depois de ter crescido 10% no ano passado. Então, a arrecadação está muito robusta", afirma. Para cumprir a meta em 2026, o que o governo precisaria fazer é controlar os gastos, diz Vitória. "Mas, infelizmente, o cenário que consideramos mais provável é uma revisão da meta", afirma.

Apesar de reconhecer o risco, economistas ponderam que o governo não deve mexer na meta de 2026 por ora. "Na ponta do lápis, considerando o que está no horizonte, o governo já teria de mudar a meta para o ano que vem. Calculávamos que teria uns R$ 70 bilhões de necessidade de contingenciamento. Considerando as despesas discricionárias [não obrigatórias] que não são tão discricionárias assim, faltariam uns R$ 20 bilhões para gerir a máquina", diz Leal.

Como a peça orçamentária é "em grande parte uma grande ficção", diz, o governo não precisaria mudar a meta agora. "A gente só vai saber exatamente qual é o quadro fiscal brasileiro no primeiro relatório de acompanhamento de despesas do ano que vem. Ali é que eles ajustam a peça de fantasia do Orçamento para a realidade do ano", afirma. "Até lá, vão ficar contando com novidades que possam aparecer, novas fontes de receitas extraordinárias."

Para Chicoli, é possível que o governo encaminhe, em agosto, um projeto para rever gastos tributários junto com a lei orçamentária de 2026 e, assim, tente manter a meta prevista. "Mas, hoje, ela parece bem difícil de ser cumprida", afirma.

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional, disse ontem que a proposta de Orçamento de 2026 deverá indicar cumprimento da meta e evitar a "escolha fácil" de alterá-la. "No Executivo e no Legislativo, não vejo intuito de retrocesso de alterar metas", afirmou.

"O caminho mais pragmático é: acelerar a execução das emendas, cuja velocidade caiu com a chegada de Gleisi Hoffmann à Secretaria de Relações Institucionais, e tentar salvar alguma coisa da MP", afirma Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

Para 2026, diz, o cenário mais provável é o envio de um Orçamento "protocolar". "À medida que o ano for avançando, vai ficar claro que é inviável cumprir a meta e o governo vai simplesmente deixar de cumprir para não deixar a máquina parar", diz. Ele lembra que é uma situação prevista no arcabouço, mas que de consequências muito brandas.

Se a meta para 2026 não for revista, o que "tem uma probabilidade grande", ela pode também "servir para ainda menos do que ela serve hoje", caso o governo crie novas exceções, diz Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos.

"Desde que o governo começou a excluir coisas do primário para o cálculo da meta, o mercado deixou de prestar tanta atenção nela e está mais focado no crescimento da dívida. A meta já vale pouca coisa, mas eu acho que ela pode passar a valer ainda menos", afirma.

Ainda que a meta tenha perdido importância aos olhos dos agentes do mercado financeiro, luna mudança para 2026 geraria volatilidade nos preços dos ativos, diz Sobral.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188244?page=18&section=1

BC vai escolher entre trajetórias da Selic que põem inflação na meta

Alex Ribeiro e Gabriel Shinohara De Brasília

O Banco Central (BC) não trabalha com o alongamento do horizonte de política monetária e vai escolher uma entre as várias trajetórias possíveis da taxa Selic que levam a **inflação** à meta em 2026. É o que informaram o presidente do BC, Gabriel Galípolo, e o diretor de política econômica, Diogo Guillen, na entrevista coletiva do Relatório de Política Monetária (RPM), divulgado ontem.

"Existem várias trajetórias para a Selic", disse Galípolo, explicando a aparente inconsistência de interromper, na semana passada, o ciclo de alta de juros com a Selic em 15% ao ano sem que a projeção de **inflação** do Comitê de Política Monetária (Copom) esteja na meta.

Segundo as estimativas do BC, a **inflação** ficará em 3,6% no ano que vem, acima da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%. O ano de 2026 é o chamado horizonte relevante da política monetária, ou seja, o período em que o objetivo deve ser cumprido.

Galípolo e Guillen chamaram atenção para o fato de que a projeção é feita tomando como base a trajetória de juros prevista pelo mercado, que embute cortes na Selic a partir de 2026. Ambos destacaram que há outras trajetórias que colocam a **inflação** na meta.

Isso implica que o Copom con-

templa a possibilidade de manter os juros mais altos do que a trajetória esperada pelo mercado.

Na trajetória da Selic projetada pelo mercado - que alimentou a projeção de **inflação** do BC -, a taxa ficaria em 14,75% até o fim de 2025 e, a partir de fevereiro do ano que vem, começaria a cair, até atingir 12,5% no fim de 2026 e 10,5% no fim de 2027.

Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Co-pom) elevou a taxa básica de juros de 14,75% para 15% ao ano e sinalizou uma interrupção no ciclo de altas iniciado em setembro de 2024 para observar se o percentual é adequado. O colegiado destacou que, para assegurar a convergência da **inflação** à meta em ambiente de expectativas desancoradas, "exige-se uma política monetária em patamar significativa-

mente contracionista por período bastante prolongado".

Na coletiva, o presidente do BC disse que o Copom colocou a taxa de juros em patamar restritivo "com alguma segurança" em relação aos modelos e que vai seguir analisando os dados. "Estamos vendo se a taxa de juros que colocamos agora é restritiva o suficiente."

Os dirigentes do BC também explicaram as mudanças recentes no tratamento do balanço de riscos para a **inflação**. Nesse balanço, o Copom discute as chances de a **inflação** ficar acima ou abaixo da projeção central, que atualmente é 3,6% para 2026.

No **comunicado** e na ata da última reunião, o Copom não deu informações sobre uma assimetria ou simetria do balanço, diferente da edição anterior, de maio.

Segundo Galípolo, a intenção é evitar que, erroneamente, o mercado leia sinalizações sobre passos futuros de política monetária a partir da descrição feita pelo Copom do balanço de riscos. Ou seja, concluir que o BC vai subir mais os juros apenas porque elencou mais riscos altistas para a **inflação** do que baixistas. Ou achar que há um viés por menos j uros apenas porque o balanço de riscos deixou de pesar os riscos negativos como preponderantes.

Galípolo disse que é preciso "se libertar desse joguinho de conta risquinho para um lado, conta risquinho para o outro, e a partir

disso concluir o que vai ser feito" com a Selic. Ele destacou que a análise precisa considerar, além do número de riscos altistas e baixistas, o peso de cada um e a probabilidade de eles acontecerem.

Guillen também comentou que, mais do que ficar na discussão sobre assimetria ou simetria, o objetivo é dizer que atualmente o cenário está mais incerto e há "riscos elevados de alta e baixa" da **inflação** em relação ao cenário central de projeção.

Galípolo foi questionado sobre a operação realizada nesta semana no mercado de câmbio, que conjugou um leilão de swap cambial reverso, que retira dólares do mercado futuro, e um leilão à vista da moeda. A operação é conhecida como "casadão" e gerou dúvida

no mercado sobre se o BC continuaria a fazer novas intervenções parecidas.

Em resposta, Galípolo disse

que a intervenção não representa uma mudança na política cambial da instituição e que a função de reação continua exatamente a mesma. No caso, foi uma resposta ao aumento no chamado cupom cambial. "[É uma] questão pontual e isolada para ter a melhor funcionalidade possível no mercado de câmbio".

A discussão sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também apareceu na coletiva, após o Congresso Nacional ter aprovado um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) derrubando o decreto do governo. Galípolo fez referência ao posicionamento de membros do governo, como a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann. "Na ausência da medida do IOF, o que foi dito é que teria se de fazer um bloqueio, contingen-ciamento, ainda maior", disse.

Para o BC, apontou, é necessário esperar o desdobramento final dessa discussão para que "a gente veja como vai impactar a **inflação** corrente e as expectativas". Os temas fiscais são utilizados como insumo para as discussões da autoridade monetária.

Ainda na discussão fiscal, o presidente do BC disse que é "muito positivo" que esteja no foco o debate sobre medidas estruturais para a sustentabilidade da dívida pública. "Já disse muitas vezes que esses debates acontecem com avanços e bloqueios, de maneira menos linear, o que é próprio do processo democrático", afirmou.

O Copom afirmou na ata da última reunião que o debate da dimensão estrutural do orçamento fiscal e da redução de gastos tributários "tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e de ter impactos sobre o prêmio da curva de juros".

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188244?page=18&section=1

PIB do RS cresce 1,3% no 1° trimestre deste ano

A economia do Rio Grande do Sul cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2025, frente aos últimos três meses de 2024, na série com ajuste sazonal. O resultado acompanha o comportamento da economia brasileira, que registrou variação de 1,4% no mesmo período.

O maior destaque entre os setores foi a agropecuária, com alta de 27,3% no período. A indústria avançou 0,2%, enquanto o setor de serviços apresentou variação negativa de 0,2%. Os dados foram divulgados ontem pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE). Na análise in-teranual, o **PIB** cresceu 1,8%. No mesmo recorte, a economia brasileira avançou 2,9%. A agropecuária subiu 6,3%, enquanto os serviços cresceram 2,6%. Já a indústria recuou 1,0%, resultado

atribuído, principalmente, à atividade de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, que reduziu 19,5%. Apesar disso, o setor industrial teve expansão em segmentos como indústria extrativa mineral (3,4%), construção (4,1%) e indústria de transformação (1,1%).

PRODUÇÃO DO AGRO. A expansão da agropecuária foi puxada pelas elevações das produções de arroz (14%), milho (6%), fumo (18%) e uva (36%). Dentre as principais culturas do período, apenas a de soja (-37,0%) declinou. Na indústria de transformação, os destaques positivos foram produtos minerais não metálicos (7,7%), máquinas e equipamentos (6,4%), produtos de borracha e de material plástico (5,4%) e celulose, papel e derivados (4,9%).

O setor de serviços também teve expansão. As principais altas foram comércio (6%), transporte, armazenagem e correio (4,7%), intermediação financeira e seguros (4,5%) e outros serviços (2,2%). No comércio, das dez atividades analisadas, oito apresentaram crescimento, com destaque para as vendas de hipermercados e supermercados, alimentos, bebidas e fumo (4,8%). "O comércio apresentou variação negativa na margem, a primeira vez desde as enchentes. Porém, seu nível permanece em um patamar alto e superior ao registrado no mesmo trimestre de 2024", analisou o pesquisador Martinho Lazzari.

Considerando os quatro trimestres encerrados no primeiro trimestre de 2025, a economia gaúcha avançou 3,7%. No mesmo período, o **PIB** nacional variou 3,5%.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo

INADIMPLÊNCIA DISPARA

Pesquisa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) aponta que a inadimplência entre os consumidores da capital mineira cresceu 2,81% em comparação ao mesmo período de 2024, quando o índice era de 0,46%. Dentre os fatores que contribuíram para o avanço estão os juros elevados, a **inflação** persistente, a priorização de contas básicas e o uso intensivo do cartão de crédito.

"O mês de maio marcou o maior aumento anual da inadimplência de pessoa física em Belo Horizonte, nos últimos 12 meses. Infelizmente, isso indica um período de fragilidade na economia após uma fase de recuperação ao longo do segundo semestre de 2024", avalia o presidente da CDL/ BH, Marcelo de Souza e Silva. Ainda segundo ele, a dificuldade em quitar dívidas já existentes levou ao aumento do percentual de inadimplentes, refletindo um cenário econômico ainda desafiador para as famílias da capital mineira.

DÍVIDAACIMADER$5MIL

O valor médio das dívidas dos belo-horizontinos está em R$ 5.352,79, um crescimento de 1,19% em relação a abril/2025, quando o valor era de R$ 5.289,70.

Na divisão por gênero, as contas em atraso das mulhereschegamaR$ 5.305,48 e, dos homens, a R$ 5.621,98. As pessoas do gênero feminino são as principais inadimplentes,

representando 46,85% do cadastro de negativados. O grupo etário entre 40 e 64 anos é o maior inadimplente (46,04%), seguido por 25 a39 anos (31,63%), acima de 65 anos (18,36%) e 18 a 24 (3,72%).

"As faixas mais jovens e as mais idosas apresentaram níveis reduzidos, refletindo tanto menor exposição ao crédito quanto menor capacidade ou necessidade de endividamento", pontua Marcelo de Souza e Silva.

Em relação à evolução de dívidas em atraso, ou seja, total de registros de contas não pagas, o crescimento foi de 7,64% na variação anual, um aumento de 1,98 pontos percentuais em relação a abril/25, sendo esta a maior alta mensal de 2025.

EMPRESAS

O cadastro de pessoas jurídicas inadimplentes também cresceu no mês de maio na capitalmineira. Segundo levantamento da CDL/BH, o indicador aumentou em 7,85% em comparação ao mesmo mês de 2024, sendo a maior alta dos dois últimos anos.

Apesar do crescimento da inadimplência entre as empresas, o índice da capital mineira é melhor que o nacional (9,42%), estadual (9,81%) e região Sudeste (8,19%).

Naperspectivadaentida-de, o aumento de empresas negativadas reflete as pressões enfrentadas pelo

setor produtivo diante um cenário macroeconômico adverso.

"A elevação da Selic tem encarecido o crédito e dificultado o acesso ao capital de giro. Isso não permite umaredução do custo operacional e afeta a capacidade de pagamento das empresas", explica Souza e Silva.

O valor médio das dívidas das empresas na capital foi de R$ 5.717,98 para maio de 2025, sendo que o maior número de negativações se concentraram no setor de Serviços (50,33%) e Comércio (27,40%), seguidos pela Indústria (6,01%) e Agricultura (0,12%).

As contas em atraso das empresas concentram-se especialmente em serviços de comunicação (10,34%), bancos (7,98%), água e luz (1,42%) e comércio (0,52%).

Site:
https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1

Economista alerta sobre percepção de risco fiscal

Por Francisco Carlos de Assis e Eduardo Laguna - Estadão Conteúdo

Após ter feito uma lista de mudanças positivas pelas quais o Brasil passou na última década, o economistachefe do Banco BTG Pactual, Mansueto Almeida, lamentou que a percepção de risco fiscal hoje está muito mais presente do que nos anos de 2015 e 2016, no fim do governo de Dilma Rousseff (PT).

O discurso de Mansueto abordou a importância de um diagnóstico preciso para solucionar problemas econômicos, comparando a situação atual com a hiperinflação dos anos 90.

Segundo o economista, é consenso de que o problema fiscal são os gastos maiores que as receitas. Esse ponto foi bastante destacado por ele.

Mansueto fez as afirmações durante um bate-papo com o CEO do BTG Pactual, André Esteves, durante abertura da Global Managers Conference 2025, evento patrocinado pela BTG Asset Management.

Ao ser provocado por Esteves a que sugerisse algumas soluções para solucionar o imbróglio fiscal brasileiro, o economista disse que a solução reside na redução ou desaceleração dos gastos públicos.

"Há benefícios fiscais que podem ser cortados, o que aumentaria a arrecadação sem ter que aumentar a carga tributária", disse.

Um exemplo prático é a revisão da política de valorização do salário mínimo, que tem impacto direto nos gastos previdenciários e não se mostra uma medida eficaz para combater a pobreza. Para Mansueto, se fosse feito essa desvinculação, o governo conseguiria recursos para fazer investimentos em políticas sociais mais direcionadas.

A desvinculação dos aumentos reais do salário mínimo dos benefícios previdenciários, de acordo com Mansueto, seria de grande valia, já que hoje metade dos gastos públicos vem das despesas previdenciárias.

A mensagem final transmite otimismo, afirmando que, com liderança e direção corretas, o Congresso será capaz de aprovar as medidas necessárias para o ajuste fiscal.

"Há como manter os benefícios sociais sem aumento real do mínimo", disse Mansueto, para quem a situação fiscal melhoria bastante se o País conseguisse passar por apenas alguns anos sem conceder aumentar o salário mínimo além da reposição da **inflação**

Site: https://correiodigital.rac.com.br/login.php

Preço de alimentos cai e desacelera prévia da inflação

A **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) desacelerou a 0,26% em junho, após marcar 0,36% em maio, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O novo resultado ficou abaixo da mediana das projeções do mercado financeiro de 0,3%. O intervalo das estimativas ia de 0,2% a 0,38%.

A taxa de 0,26% é a menor para meses de junho desde 2023 (0,04%), conforme o IBGE. A trégua em relação a maio teve influência da queda dos preços de parte dos alimentos e da gasolina (-0,52%).

O grupo alimentação e bebidas registrou uma leve redução (-0,02%) após nove meses consecutivos de alta. Tomate (-7,24%), ovo de galinha (-6,95%) e arroz (-3,44%) ficaram mais baratos em junho.

Por outro lado, houve pressão da carestia da energia elétrica residencial.

O avanço da conta de luz foi de 3,29%.

Outras influências do lado das altas vieram de café moído (2,86%), ônibus urbano (1,39%), taxa de água e esgoto (0,94%), refeição (0,6%) e plano de saúde (0,57%).

Com os dados de junho, o IPCA- 15 passou a acumular aumento de 5,27% em 12 meses, após marcar 5,4% até maio (Da Folhapress).

Site:
https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18838